

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTOS



SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA
DE VILA FLOR



2018



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea c) nº2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião Ordinária da Assembleia Geral, no dia 30 de Novembro, às 19:30 horas, no auditório do Lar Nossa Senhora dos Remédios, no Largo do Rossio, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades, Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para 2018;
2. Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 15 de Novembro de 2017.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

(Victor Manuel da Silva Costa)



**CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA FLOR PARA O QUADRIÉNIO 2017 A 2020**

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Monteiro Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice - Provedor: José Joaquim Fernandes Pinto Figueiredo
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Victor Manuel Cortinhas Sil

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Octávio António Moura
Ramiro Samuel Cordeiro Roças
António Duarte Pinhel

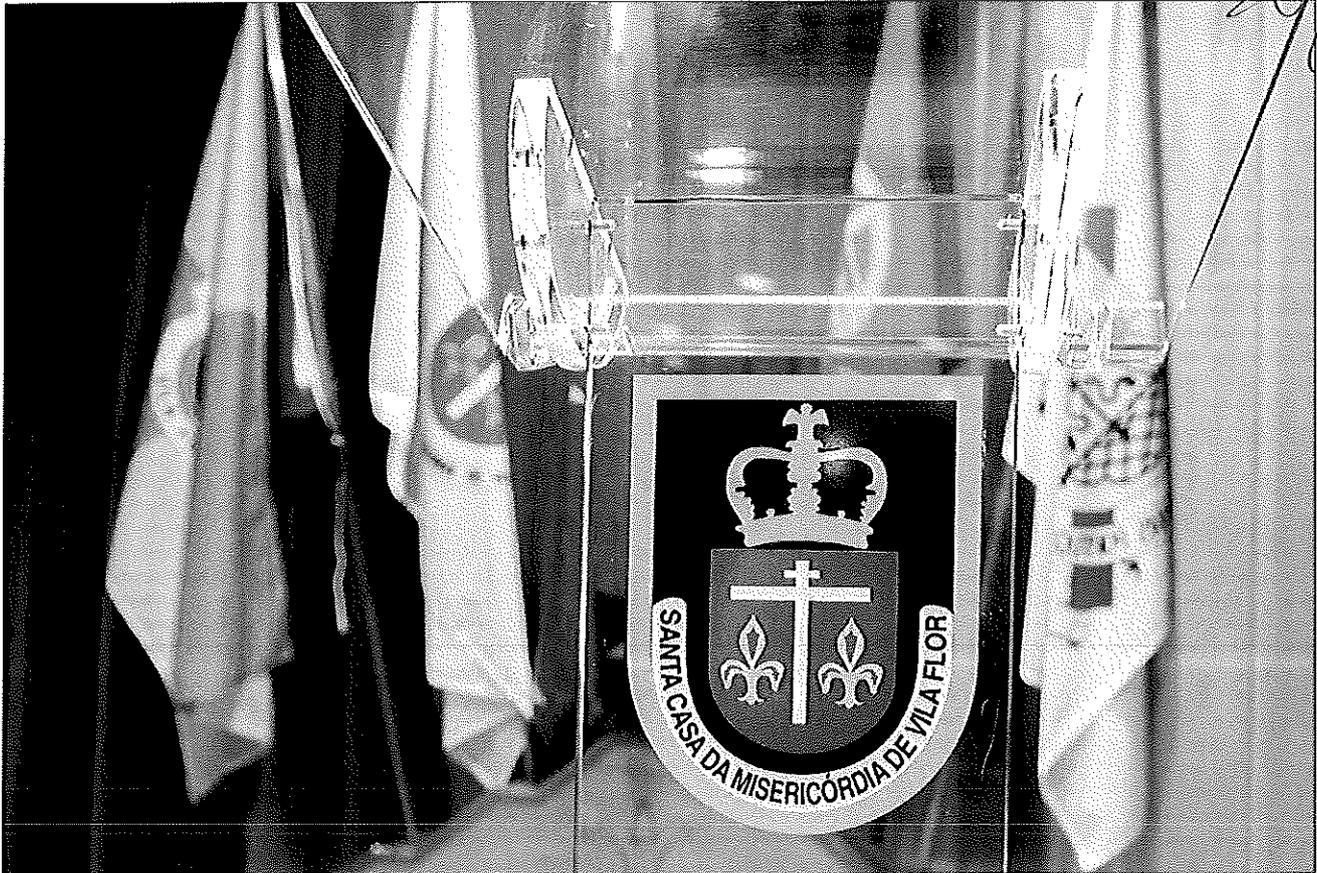
CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
Pedro José Sampaio de Barros
António Manuel Carvalho Guilheiros

Suplentes: Tito Lívio Teixeira Almeida
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita



// Plano de Actividades e Orçamento | 2018



No cumprimento de um imperativo legal e estatutário, cumpre-nos apresentar o Plano de Actividades e Orçamento para 2018 à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.

Portugal continua a viver uma situação de grande fragilidade na procura constante de cumprimento das metas orçamentais definidas pela zona euro. Ora, esta situação não deixa de ter impacto em toda a economia social e na capacidade de as famílias adquirirem serviços de proximidade.

Os desafios que a Misericórdia de Vila Flor enfrenta até ao final da década são, por si só, motivadores de suficiente mobilização para, em conjunto, com outras instituições, poder contribuir para um papel mais ativo e participativo na vida da nossa comunidade.

As linhas de orientação deste Plano de Actividades e Orçamento não são diferentes do que têm sido, sob a nossa responsabilidade, os princípios estruturais que presidem à elaboração do mesmo.

Capacidade de acautelar o investimento programado, obter receitas com reforço das atividades e contenção das despesas correntes, permitindo, desse modo, maior sustentabilidade à nossa instituição.

Conciliar a ambição de manter as áreas operacionais, com índices de défice controlados, com a tarefa de manter a iniciativa reformadora da Instituição, será a tarefa principal para 2018.



Dois autores, Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, escreveram um livro a que, sugestivamente, chamaram “A ECONOMIA DOS POBRES”, onde salientavam que “não é fácil escapar à pobreza, mas a sensação dessa possibilidade e um pouco de ajuda bem direcionada poderão ter, por vezes, efeitos surpreendentemente vastos. Por outro lado, as falsas expectativas, a ausência de fé quando é precisa e obstáculos aparentemente insignificantes poderão ser devastadores. Um empurrão na alavanca certa poderá fazer uma imensa diferença, mas é frequentemente difícil saber onde está essa alavanca. Acima de tudo, é claro que a única alavanca não poderá resolver todos os problemas”.

Ora, a Misericórdia de Vila Flor poderá ser essa alavanca para muitas pessoas, afinal são os pobres os nossos acionistas.

A cultura da solidariedade, conjugada com a doutrina social da Igreja, evidencia o caminho. Resta-nos saber fazer o caminho.

Vamos, pois, continuar a sonhar com uma sociedade melhor, onde a coesão social e a coesão económica sejam os verdadeiros pilares da transformação humana, a caminho da mais justiça com melhor misericórdia.

O Provedor,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Quintino Augusto Pimentel Gonçalves', written over a horizontal line.

(Quintino Augusto Pimentel Gonçalves)



Several handwritten signatures in black ink, overlapping the coat of arms and extending into the main text area.

// *Enquadramento Histórico*

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, (SCMVF) é uma Instituição particular de solidariedade social que atua no território abrangido pelo concelho de Vila Flor. Como realidade e identidade próprias a SCMVF existe há mais de 500 anos, e segundo os seus compromissos, é uma associação de fiéis, sem fins lucrativos, constituído na ordem jurídica canónica, que tem como missão praticar a caridade cristã e satisfazer carências sociais, pela prática das 14 Obras de Misericórdia e segundo os princípios da doutrina social da Igreja. Nascida para socorrer os desfavorecidos, e os mais necessitados, a SCMVF soube perpetuar-se ao longo de 5 séculos com a ajuda dos Irmãos que a serviram e dos beneméritos que com ela partilharam os seus bens, expandindo-se e adaptando-se aos tempos modernos. Hoje, a SCMVF tenta acompanhar as transformações sociais e económicas da sociedade portuguesa, criando novos serviços adaptados às necessidades emergentes.

// *Enquadramento Institucional*

A conjuntura internacional e o desenvolvimento tecnológico obrigam os países a saber posicionar-se no contexto da competitividade económica. A globalização das economias arrasta consigo a vulgarização das sociedades onde, muitas vezes, se esquecem valores distintivos de opções civilizacionais.

Existe uma profunda consciência que é urgente responder a problemas como o envelhecimento ativo, consequência de uma maior esperança de vida, da quebra da demografia, que implica um grave problema de gestão modelo de pensões ou da crise do Estado Social.

Estas questões repetem-se de uma forma constante, o que exige de todos nós maior atenção, profundo realismo e uma resposta pragmática.

Neste contexto, o Plano de Atividades e o Orçamento para 2018 vai procurar possibilitar uma resposta aos anseios de muitos, que em nós confiam, naquilo que temos chamado a “triologia do C”, Culto, Cultura e Caridade, a que se poderia adicionar outro C – o do Contrato Social.

De geração em geração, temos procurado responder às preocupações e ambições de cada geração. Na esteira da nossa missão, vamos saber dizer não à inveja e egoísmo, como motores da economia, continuando o combate à pobreza e à exclusão social, procurando uma sociedade mais equilibrada com menos desigualdades sociais.

Este Plano de Atividades e o respetivo Orçamento pretendem ser, também, uma carta de marear para a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. Neste tempo de decisões, num oceano de problemas, onde o mar é turbulento e com vários perigos.



// *Missão*

Praticar a caridade cristã e exercer a solidariedade social, de acordo com as 14 Obras de Misericórdia e segundo os princípios da doutrina social da Igreja.

// *Visão*

Ser uma referência local, regional e nacional ao nível da qualidade, da eficácia, da sustentabilidade e da diversidade da prestação de serviços á comunidade.

// *Valores*

#Humanismo – #Solidariedade – #Igualdade – #Ética – #Verdade – #Cooperação – #Inclusão
#Igualdade de Género – #Sustentabilidade – #Inovação.

// *Política da Qualidade*

- #Promover a qualidade de vida dos clientes;
- #Garantir a satisfação das necessidades e interesses dos clientes;
- #Promover a integração e autonomia do cliente no novo contexto de vida;
- #Promover um plano de desenvolvimento individual activo e dinâmico;

// *Prioridades Estratégicas*

Os princípios basilares que vão estar no desenvolvimento da nossa estratégia, e na sua consequente implementação, irão assentar nos seguintes valores:

- a) O princípio do controle por atividade, mantendo o equilíbrio económico e financeiro em todos os projetos e áreas de atuação, procurando assegurar a maior rentabilidade económica do mesmo, sem colocar em causa a sua eficiência social, procurando um maior número de projetos que libertem recursos.
- b) O princípio do investimento sustentado, com as seguintes preocupações com o bem-estar para os seus utilizadores e manter elevados níveis de qualidade de vida na observação e cumprimento das exigências das Obras de Misericórdia.



- c) O princípio da integração e partilha de serviços, em todas as valências, evidenciando uma maior eficácia na operação e na logística, a com o rigoroso cumprimento na execução orçamental.
- d) O princípio da regra de ouro orçamental, afirmando princípios e condutas que dignifiquem a imagem externa da Misericórdia de Vila Flor, preservando uma cultura de solidariedade, consagrando a divulgação dos princípios fundadores da doutrina social da Igreja no quadro pleno de uma cidadania de intervenção e rosto humano.

O Orçamento é, assim, o complemento adjetivo do papel substantivo do Plano de Actividades, cuja ambição principal é ser realista e exequível, mantendo os princípios da sustentabilidade da Instituição preservando o seu património imobiliário, que vai continuar a ser objeto de reabilitação, permitindo um reforço das rendas, o que se irá traduzir em maior receita para a Misericórdia de Vila Flor.

Estamos certos que o futuro, sendo desconhecido, não nos retira a confiança, o otimismo e a ambição de continuar a servir a comunidade, fazendo cumprir a nossa missão cuja mensagem tem mais de cinco séculos.

// *Sustentabilidade Financeira*

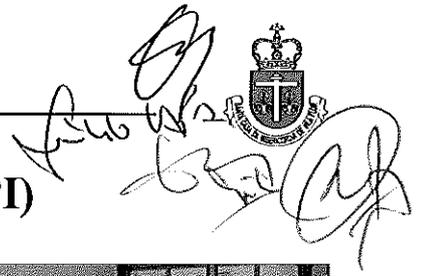
A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor continuará em 2018 a executar o plano de redução de despesas e aumento de receitas, o que exige empenho de todos. Exige-se rigor, bom senso, ponderação e uma cultura de poupança e de redução do desperdício, procurando sempre os melhores preços na aquisição de bens e serviços sem perda da qualidade exigível, uma gestão profissional do sector do aprovisionamento e o aumento de produção da vertente agrícola, frutícola e de panificação. Tal como supraexposto – nas linhas estratégicas – a Santa Casa irá procurar rentabilizar processos, criando mecanismos de inovação que a longo-prazo sejam profícuos financeiramente para a nossa instituição.

// *Recursos Humanos*

É objectivo da Mesa Administrativa, qualificar, nomeadamente, os quadros técnicos atribuindo-lhes quadros e funções de acordo com as suas aptidões e competências, de maneira que a sua liderança seja mais dinâmica. Esta é uma das aspirações dos Órgãos Sociais e que deve ter como lema a ética, o respeito, a consideração e a estima de todos os funcionários, clientes e comunidade em geral.

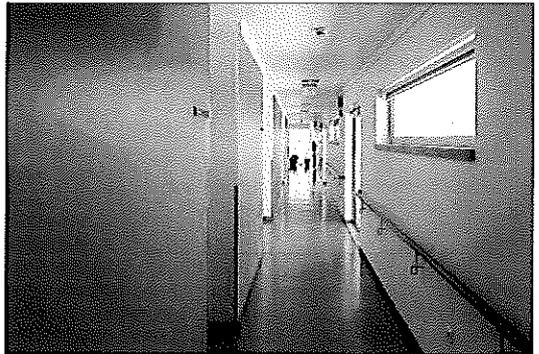
Temos de fazer mais e melhor, cada vez com menos e com total disponibilidade, ultrapassando com um sorriso ou uma palavra amiga os inúmeros problemas que surgem no dia-a-dia.

Os recursos humanos a formação profissional e a certificação dos serviços e equipamentos constituem assim um dos principais objectivos da Mesa Administrativa.



// Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI)

O progressivo envelhecimento demográfico, decorrente do desenvolvimento socioeconómico, da ciência e da tecnologia, é um fenómeno marcante da sociedade moderna. Sendo um fenómeno biológico, psicológico e social, o aumento da longevidade, nem sempre corresponde a um nível de bem-estar ou a um grau de autonomia que possibilite aos mais velhos uma vida de acordo com as suas necessidades e expectativas. A Organização Mundial de Saúde lançou a proposta do envelhecimento activo, entendido como um processo que se inicia cedo e acompanha as pessoas ao longo da vida, compreendendo essencialmente a optimização das condições de saúde, participação e segurança. O conceito de envelhecimento activo e saudável, traduz a possibilidade da pessoa idosa permanecer autónoma e capaz de cuidar de si própria, no seu meio natural de vida, ainda que com recurso a apoios, tanto quanto possível. A realidade mostra porém, que há um número considerável de pessoas idosas que não encontram uma resposta adequada nesse meio. Na ausência de resposta no seu meio natural de vida – o familiar – a pessoa idosa necessita de



especiais empenho e competência das respostas sociais para que as dimensões física, psíquica, intelectual, espiritual, emocional, cultural e social da vida de cada indivíduo possam por ele ser desenvolvidas sem limitações dos seus direitos fundamentais à identidade e à autonomia.

Torna-se, por isso, frequente a necessidade do recurso a essas respostas sociais, em que se inclui o alojamento em Estrutura Residencial, a título temporário ou permanente.

É fundamental que a estrutura residencial se constitua como um contexto humanizado, personalizado e que tenha em conta as efectivas necessidades específicas de cada situação, tendo sempre como horizonte que os clientes são o centro de toda a actuação e que o meio familiar e social de um indivíduo é parte integrante das suas vivências, devendo continuar a ser particularmente considerado no apoio às pessoas com mais idade, de acordo com os seus desejos e interesses. Assim o exige a perspectiva do respeito e promoção dos seus direitos humanos.

A partir dos determinantes do envelhecimento activo identificados na II Assembleia Mundial das Nações Unidas (Madrid, 2002) – factores sociais, factores pessoais, saúde e serviços sociais, factores do meio físico, factores económicos e factores comportamentais – é requerida para as estruturas residenciais uma abordagem holística e integrada na sua concepção, na organização e prestação dos seus serviços.

Segundo a Teoria da Actividade (Havighurst), a actividade é o elemento fundamental de um envelhecimento saudável, implicando uma vida mais duradoira e com mais qualidade, pelo que a activação e a estimulação dos indivíduos que potenciem a dimensão biológica, intelectual e emocional, assumem papel de destaque na estratégia de intervenção das estruturas residenciais, constituindo-se como princípios orientadores fundamentais nesse domínio:

- A promoção da saúde e prevenção das incapacidades;
- A optimização e compensação das funções cognitivas;
- A promoção do desenvolvimento afectivo;
- O fomento do envolvimento e participação social.

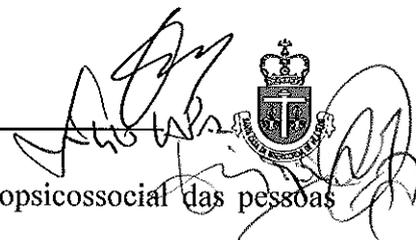
A Estrutura Residencial constitui-se como uma Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, num contexto de “residência assistida”, para pessoas com idade correspondente à idade estabelecida para a reforma, ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia que, por opção própria, ou por inexistência de retaguarda

social, sem dependências causadas por estado agravado de saúde do qual decorra a necessidade de cuidados médicos e paramédicos continuados ou intensivos, pretendem integração em estrutura residencial, podendo aceder a serviços de apoio biopsicossocial, orientados para a promoção da qualidade de vida e para a condução de um envelhecimento sadio, autónomo, activo e plenamente integrado.

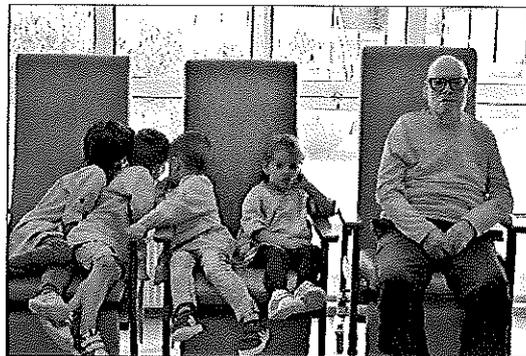
Constituem-se como objectivos principais desta resposta:

- Promover qualidade de vida;





- Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;
- Contribuir para a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento;
- Privilegiar a interacção com a família e/ou significativos e com a comunidade, no sentido de otimizar os níveis de actividade e de participação social;
- Promover estratégias de reforço da auto-estima, de valorização e de autonomia pessoal e social, assegurando as condições de estabilidade necessárias para o reforço da sua capacidade autónoma para a organização das actividades da vida diária.



Para que haja um aproveitamento das sinergias que se desenvolvem no contexto da Estrutura Residencial para

Idosos, tendo em consideração os clientes, os colaboradores, a estrutura e o funcionamento, torna-se necessário que resulte deste conjunto uma intervenção pautada por critérios de qualidade, de que se destacam os seguintes:

- Garantir o exercício da cidadania e o acesso aos direitos humanos dos clientes, p.e. autonomia, privacidade, participação, confidencialidade, individualidade, dignidade, oportunidades de igualdade e não discriminação;
- Respeitar as diferenças de género, socio-económicas, religiosas, culturais, sexuais dos clientes e/ou pessoas próximas;
- Respeitar o projecto de vida definido por cada cliente, bem como os seus hábitos de vida, interesses, necessidades e expectativas;
- Transmitir e garantir aos clientes um clima de segurança afectiva, física e psíquica durante a sua permanência na Estrutura Residencial;
- Promover o envolvimento e o estabelecimento de uma parceria e articulação estreita com o cliente e/ou significativos, a fim de recolher a informação necessária sobre as necessidades, expectativas, capacidades e competências, co-responsabilizando-os no desenvolvimento de actividades/acções no âmbito dos serviços prestados;
- Mobilizar a participação dos clientes na gestão da estrutura residencial, envolvendo-os no planeamento, monitorização e avaliação das respectivas actividades;

- Desenvolver todas as relações entre o cliente e os restantes intervenientes (colaboradores internos e externos, voluntários, entre outros) com ética, respeito pelos direitos e deveres, profissionalismo, rigor e qualidade;
- Compreender a individualidade e personalidade de cada cliente, para criar um ambiente que facilite a interacção, a criatividade e a resolução de problemas por parte destes.



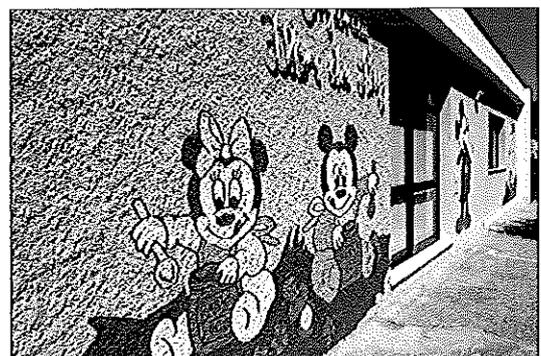
Só desta forma o cliente se pode sentir bem no âmbito dos serviços prestados pela Estrutura Residencial, isto é, se forem tidos em conta a sua maneira de ser e estar, a identidade, os hábitos de vida, as crenças religiosas, a cultura, as condições de vida, entre outros aspectos. Isto implica:

- Pensar o cliente como um ser afectivo e activo, que, independentemente da sua situação, possui um projecto de vida e tem o direito de ser respeitado na sua identidade e individualidade. Personalizar os serviços, gerindo de forma flexível e individualizada cada projecto de intervenção, constituiu-se como um imperativo;
- Organizar dinâmicas de trabalho que proporcionem oportunidades para que o cliente possa comunicar os seus sentimentos e formular posicionamentos pessoais, sobre o que o envolve;
- Criar um ambiente calmo, flexível e responsável, adaptado aos interesses e necessidades de cada cliente, permitindo-lhe continuar o seu desenvolvimento individual;
- Orientar a prestação de serviços continuamente para o cliente, diagnosticando as suas necessidades e expectativas, os seus potenciais de desenvolvimento e criando oportunidades para a sua optimização.



// Jardim de Infância Flor de Liz

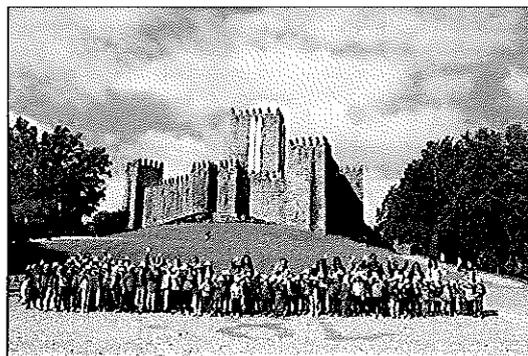
A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor pretende proporcionar a todas as Crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 6 anos condições que lhes permitem adquirir competências gerais essenciais ao seu crescimento e desenvolvimento global. As respostas sociais Creche e Jardim-de-Infância, contam com uma equipa de profissionais qualificados que colaboram



diariamente com os Pais, no sentido de estabelecerem uma relação de confiança que lhes permita, de forma tranquila e despreocupada, exercer as suas atividades profissionais, sabendo que os seus filhos permanecem em segurança. Deste modo, a Creche e Jardim de Infância tem hoje em dia uma intencionalidade pedagógica, com o objetivo de dar resposta aos mais pequenos e estimular todas as potencialidades de forma a adquirirem competências para o percurso ao longo da vida.

O objetivo a que nos propomos para 2018 é no sentido de continuar a prestar serviços de qualidade às crianças (alimentação, higiene, conforto e segurança) bem como atividades pedagógicas estimulantes e inovadoras.

O Centro de Atividades de Tempos Livres continua a assumir grande importância, no que diz respeito ao preenchimento dos tempos livres dos mais jovens do nosso Concelho. É durante o período de férias que a Resposta CATL se assume como “Lar” destes jovens. É nosso

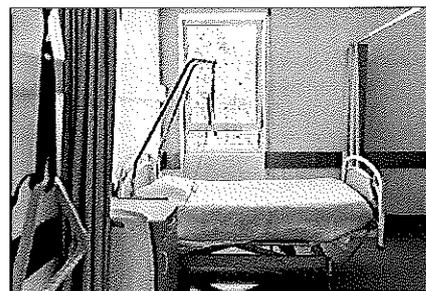
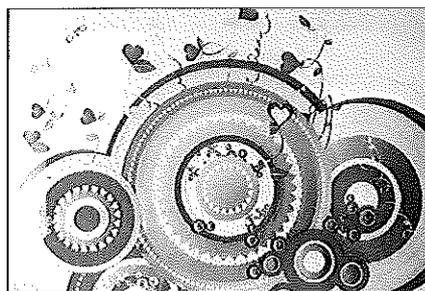
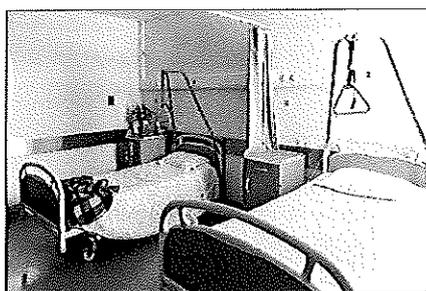


intuito continuar a promover atividades e serviços diários de carácter social, cultural e pedagógico de elevada qualidade, contribuindo para o bom desenvolvimento das crianças.

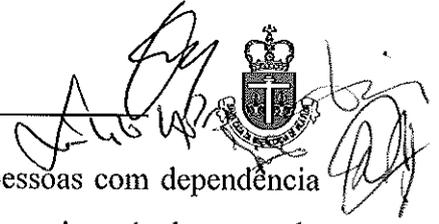
Este ano letivo de 2017/2018, iniciou positivamente com um total de 115 crianças inscritas, mais 5 que no final do ano letivo de 2016/2017.

A Mesa Administrativa decidiu para o próximo ano, iniciar a intervenção assegurando o bom funcionamento dos equipamentos existentes.

// *Unidade de Cuidados Continuados*



O envelhecimento demográfico e as alterações no padrão epidemiológico e na estrutura social e familiar das populações das sociedades ocidentais, nomeadamente da portuguesa, determinam a criação de respostas adaptadas às actuais necessidades dos respectivos perfis clínicos, sociais e culturais. A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, na qual se inscrevem também os cuidados paliativos de acompanhamento e apoio no fim de vida, constitui a resposta



socialmente organizada no nosso País para fazer face às necessidades das pessoas com dependência funcional, dos doentes com patologia crónica múltipla e das pessoas com doença incurável em estado avançado e em fase final de vida. A organização dos serviços e a prestação dos cuidados que nela se perfila exigem a interacção e cooperação de profissionais de distintas disciplinas e sectores, devidamente preparados e vocacionados para uma compreensão global do cidadão utente, que lhes permita, em simultâneo: i) um desempenho competente, sob o ponto de vista técnico e de atitude compreensiva e respeitadora das particularidades bio-psico-socio-culturais e espirituais de cada utente, e ii) a construção de uma linguagem comum, uma metalinguagem, facilitadora da comunicação em equipa multidisciplinar e do trabalho interdisciplinar. Aos assistentes sociais da saúde, um dos grupos profissionais que desde o início do século XX integra as equipas dos serviços de saúde, é agora também exigido que se vocacionem especificamente para o atendimento das populações beneficiárias dos serviços da RNCCI e se capacitem para o fazer no enquadramento organizacional e institucional que a mesma proporciona.

A missão essencial destes profissionais no modelo de cuidados integrais e integrados dos serviços e instituições da RNCCI será a de enfatizar a relevância e a centralidade dos factores psicossociais, enquanto determinantes ou favorecedores do tratamento, da reabilitação, da readaptação e da reintegração dos doentes/dependentes nos ambientes sociais que mais se lhes adequam e favorecem o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

As Unidades de Cuidados Continuados exigem um modelo de gestão, assente numa política de maximização da eficiência e fundamentalmente com um objectivo crucial, uma gestão rigorosa dos recursos estritamente necessários, privilegiando o nível de qualidade nos serviços prestados.

Prevemos investimentos em equipamentos essenciais ao seu bom funcionamento.

// *Centros de Dia*



O Centro de Dia é uma Resposta Social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento. De entre os



serviços prestados pelo Centro de Dia, salienta-se também a possibilidade do desenvolvimento do Serviço de Apoio Domiciliário.

As diferentes alterações que se têm verificado na sociedade actual, sobretudo ao nível da composição e funções do grupo familiar, da solidariedade intergeracional e social, da falta de investimento no envelhecimento por parte da sociedade e da insuficiência de respostas adequadas ao controlo das situações de dependência, permitem verificar que, um grande número de pessoas, nestas situações, encontram no Centro de Dia uma resposta que contribui para colmatar algumas das dificuldades com que elas próprias e mesmo o seu agregado familiar se debatem quotidianamente.

Ao instituir-se o Centro de Dia, no âmbito das Respostas Sociais, procurou-se que o mesmo possibilitasse uma oferta de serviços de proximidade diversificada, permitindo que o cidadão permanecesse, o maior tempo possível, no seu meio habitual de vida, retardando e invertendo a lógica de integração em Lar, como a única resposta possível.

Simultaneamente, o Centro de Dia é uma resposta que possibilita às pessoas novos relacionamentos e elos de ligação com o exterior, através do estabelecimento de contactos com os colaboradores, voluntários, clientes e pessoas da comunidade, donde a qualidade da intervenção dever ser uma exigência a ter em conta permanentemente na gestão desta Resposta Social.

Para que haja um aproveitamento das sinergias que se desenvolvem no contexto do Centro de Dia, tendo em consideração as pessoas, os colaboradores, a estrutura e o funcionamento, torna-se necessário que resulte deste conjunto uma intervenção pautado por critérios de qualidade, de que se destacam os seguintes:

- Garantir o exercício de cidadania e o acesso aos direitos humanos dos clientes, p.e. autonomia, privacidade, participação, confidencialidade, individualidade, dignidade, igualdade de oportunidades.
- Respeitar as diferenças de género, socioeconómicas, religiosas, culturais, sexuais dos clientes e/ou pessoas próximas.
- Respeitar o projecto de vida definido por cada cliente, bem como os seus hábitos de vida, interesses, necessidades e expectativas.
- Transmitir e garantir aos clientes um clima de segurança afectiva, física e psíquica durante a sua permanência na Resposta Social.
- Estabelecer uma parceria e articulação estreita com o cliente e/ou pessoa(s) próxima(s), a fim de recolherem a informação necessária sobre as necessidades, expectativas, capacidades e competências; co-responsabilizá-los no desenvolvimento de actividades/ acções no âmbito dos serviços prestados; participarem na gestão da Resposta Social.



- Desenvolver os cuidados ao nível da qualidade das relações que o cliente vai estabelecer com todos os intervenientes (colaboradores internos e externos, voluntários, entre outros), para que os clientes possuam segurança e sentimento de pertença, assim como se sintam valorizadas para aderir ao processo de cuidados. Este sentimento é sustentado pelo respeito mútuo e pelo desenvolvimento de relações afectivas humanas, calorosas e recíprocas entre o cliente e os intervenientes dos cuidados (colaboradores internos e externos, voluntários, outros).
- Compreender a individualidade e personalidade de cada cliente, para criar um ambiente que facilite a interacção, a criatividade e a resolução de problemas por parte destes. Só desta forma o cliente se pode sentir bem no âmbito dos cuidados prestados pela Resposta Social, i.e. se os mesmos tiverem em conta a sua maneira de ser e estar, identidade, hábitos de vida, religião, cultura, condições de vida, entre outros aspectos. Isto implica:
 - Pensar o cliente como um ser afectivo e activo, que, independentemente da idade ou situação de dependência, possui um projecto de vida e gosta de ser respeitado na sua maneira de ser e estar. Personalizar os serviços, afigura-se como um imperativo.
 - Dinamizar acções que proporcionem oportunidades para que o cliente possa comunicar os seus sentimentos e pensamento.
 - Criar um ambiente calmo, flexível e responsável que possa ser adaptado aos interesses e necessidades de cada cliente, promovendo o acesso a um leque de oportunidades de escolhas, que lhe permita continuar o seu desenvolvimento individual, de acordo com as suas expectativas.

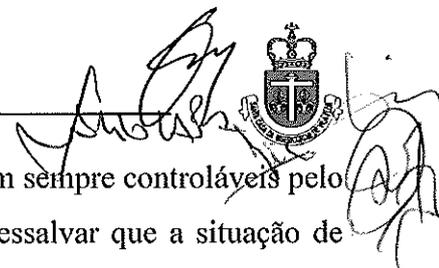
// Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário constitui uma Resposta Social organizada a que as pessoas em situação de dependência podem ter acesso para satisfação de necessidades básicas e específicas, apoio nas actividades instrumentais da vida quotidiana e actividades sociorrecreativas. Este conjunto de serviços é prestado no domicílio habitual de vida do cliente, contribuindo para a



promoção da sua autonomia e a prevenção de situações de dependência ou seu agravamento.

Devido ao envelhecimento progressivo da população ocorrem com maior frequência situações de vulnerabilidade física e psíquica, que podem conduzir ao aparecimento de situações patológicas

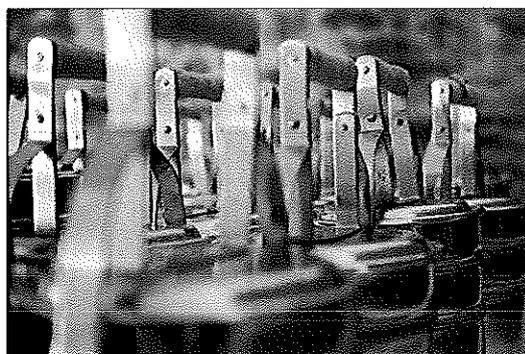


crónicas e originar, na maioria dos casos, dependência dentro de limites nem sempre controláveis pelo próprio e/ ou seu agregado familiar, como é o caso das demências. De ressaltar que a situação de dependência pode ocorrer em qualquer outro grupo de idade, podendo igualmente necessitar deste tipo de Resposta Social.

As diferentes alterações que se têm verificado na sociedade actual, sobretudo ao nível da composição e funções do grupo familiar, da solidariedade intergeracional e social, da falta de investimento no envelhecimento por parte da sociedade e da insuficiência de respostas adequadas ao controlo das situações de dependência, permitem verificar que, um grande número de pessoas em situação de dependência, continua a encontrar no Serviço de Apoio Domiciliário uma resposta que contribui para colmatar algumas das dificuldades com que elas próprias e/ou o seu agregado familiar se debatem quotidianamente.



Ao instituir-se legalmente a Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário, no âmbito de medidas de política destinadas à população em situação de dependência,



procurou-se que a mesma possibilitasse uma oferta de serviços diversificada, cujo acesso correspondesse à concretização de direitos de cidadania.

Os serviços que os clientes do Serviço de Apoio Domiciliário solicitam têm vindo a sofrer alterações na medida em que as situações de dependência pela sua complexidade afectam, na maioria dos casos, várias dimensões da pessoa, exigindo em muitas situações o estabelecimento de parcerias que capacitem esta resposta social para a concretização da sua missão.

O número crescente de pessoas mais velhas vulneráveis, o número significativo de pessoas mais jovens em situação de dependência por diversas causas, o número restrito de familiares que possam assegurar os cuidados necessários e a vontade de retardar a institucionalização levam à necessidade crescente de implementação e desenvolvimento do Serviço de Apoio Domiciliário, de forma a que a pessoa tenha, cada vez mais, a possibilidade de seleccionar esta Resposta Social, garantindo-lhe a satisfação das suas necessidades com a qualidade de vida.

Esta resposta é considerada, por muitas pessoas em situação de dependência, como uma forma de continuarem inseridas no seu meio habitual de vida, rodeadas dos seus afectos e pertences, com possibilidade de novos relacionamentos facultados pelos colaboradores, incluindo voluntários que se deslocam ao domicílio, podendo constituir para muitas dessas pessoas o único elo de ligação com o



exterior, pelo que a qualidade da intervenção deve ser uma exigência a ter em conta permanentemente na gestão desta Resposta Social.

Para que haja um aproveitamento das sinergias que se desenvolvem no contexto do Serviço de Apoio Domiciliário, tendo em consideração as pessoas, os colaboradores, a estrutura e o funcionamento, torna-se necessário que resulte deste conjunto uma intervenção pautada por critérios de qualidade, de que se destacam os seguintes:

- Ter em consideração o superior interesse das pessoas em situação de dependência, especialmente quando se planifica o trabalho, o que exige uma articulação muito próxima com os clientes, pessoas significativas dos mesmos e entidades parceiras. Há que estabelecer uma parceria forte com o cliente e as suas pessoas significativas, a fim de recolher a informação necessária sobre as necessidades, expectativas, capacidades e competências, com a finalidade de se poder delinear o plano de desenvolvimento individual.
- Desenvolver os cuidados ao nível da qualidade das relações que o cliente vai estabelecer com os colaboradores do Serviço de Apoio Domiciliário e entidades parceiras. Reconhecer que todos os clientes necessitam de se sentir incluídos, de ter um sentimento de pertença, de se sentir valorizados e importantes para aderir ao processo de cuidados. Este sentimento é possível de ser construído através do respeito mútuo e através de relações afectivas calorosas e recíprocas entre o cliente e os colaboradores.
- Compreender a individualidade e personalidade de cada cliente, de forma a criar um ambiente que facilite a interacção, a criatividade e a resolução de problemas por parte deste. Só desta forma o cliente se pode sentir bem no âmbito dos cuidados prestados pelo Serviço de Apoio Domiciliário. Isto implica:
 - Pensar o cliente como um ser afectivo e activo que gosta de ser respeitado na sua maneira de ser e estar.
 - Criar um ambiente calmo, flexível e responsável que possa ser adaptado aos interesses e necessidades de cada cliente, promovendo o acesso a um leque de oportunidades de escolhas e que lhe permita continuar o seu desenvolvimento individual, de forma confiante e com iniciativa.
 - Estabelecer relações que encorajem o cliente a participar de forma activa nas actividades seleccionadas para a prestação de cuidados, de entre as disponíveis internamente.
 - Criar condições para a continuidade das acções que forem escolhidas pelo cliente ou proporcionar oportunidade de acesso a actividades desenvolvidas por entidades externas.



- o Dinamizar acções que proporcionem oportunidades para que o cliente possa comunicar os seus sentimentos e pensamentos (p. e. através da possibilidade de estar sozinho com o colaborador de referência).

Em síntese, os objectivos da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário visam proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento individual dos clientes, num clima de segurança afectiva, física e psíquica e numa perspectiva de Envelhecimento Activo durante o tempo de utilização da Resposta Social, através do atendimento individualizado e personalizado, da colaboração estreita com a(s) pessoa(s) próxima(s), quando existente e desejável pelo cliente.

// Padaria da Misericórdia



A Padaria da Misericórdia, tem a sua génese numa Empresa de Inserção, cujos objetivos primordiais eram a criação de postos de trabalho para a satisfação de necessidades sociais, combate a pobreza e exclusão social através da inserção e/ou da reinserção socioprofissional e aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade.

Continua a satisfazer as necessidades de todos os equipamentos da Misericórdia de Vila Flor e da população.

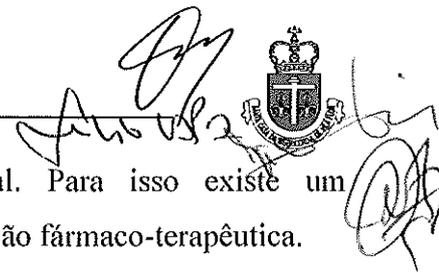
Para 2018 continuamos a ter como objetivo aumentar a produção e a venda ao público. Estaremos atentos a criação de novos produtos que vão de encontro as necessidades do mercado.

Continuaremos a reajustar o necessário ao funcionamento desta Resposta.

// Farmácia da Misericórdia

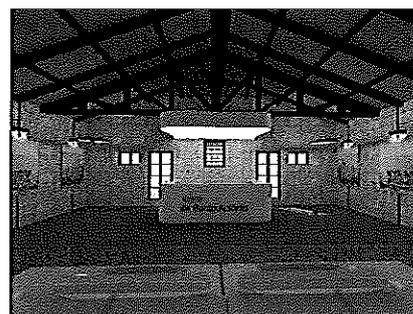
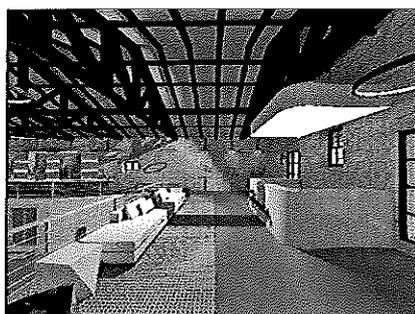


Constituída por uma equipa dinâmica, o objectivo da Farmácia é promover uma actividade direccionada e adaptada às necessidades dos clientes que a procuram. Para além da dispensa de receituário de uma forma cuidada e interactiva, o seu trabalho está também igualmente direccionado à prestação de aconselhamento na área dos medicamentos não sujeitos a prescrição médica.



Todo o trabalho efectuado procura ter uma continuidade temporal. Para isso existe um acompanhamento dos utentes de forma a garantir uma eficiente monitorização fármaco-terapêutica. Esta valência continuará a desenvolver uma cultura de serviços própria e consonante com a realidade dos clientes. Merecendo da parte da Mesa Administrativa a melhor atenção no que diz respeito aos recursos humanos e espaço de funcionamento.

// *Quinta de Santo António*

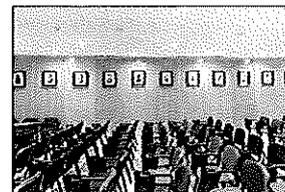
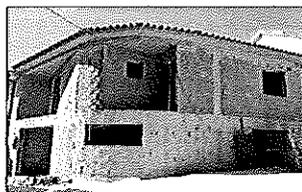


Neste Sector, continuam a ser desenvolvidas as operações necessárias, dando continuidade à plantação no olival e na vinha, mediante planificação definida quer na Quinta de Santo António quer nas restantes propriedades da Instituição.

Além dos gastos inerentes ao seu funcionamento, é objectivo da Mesa Administrativa, continuar as intervenções na renovação vitícola, estando previsto para 2018 plantação de nova vinha através de uma candidatura Vitis já aprovada.

Continuaremos a dar prioridade a reconstrução de alguns setores envolventes da Quinta inseridos no projeto turístico.

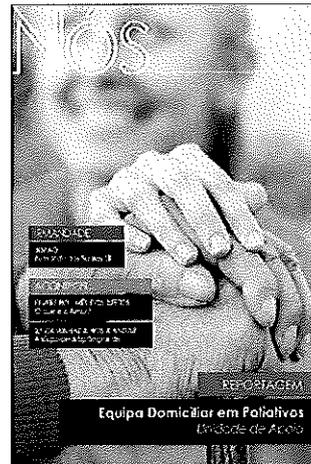
// *Património – Igreja, Imóveis e Outros*



A Mesa Administrativa continuará a ter toda a atenção em novas intervenções necessárias nos imóveis destinados ao arrendamento habitacional, bem como no parque automóvel, Centro Interpretativo de Memórias da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, Serviços Administrativos, Igreja da Misericórdia e Unidade Móvel de Saúde.

// Departamento de Comunicação

A Santa Casa da Misericórdia apresentou no ano de 2017 uma nova estratégia de comunicação e branding, elevando os respetivos de parâmetros de accountability e transparência perante os parceiros locais, regionais e nacionais. Para o efeito, renovou-se o site da instituição e optou-se por uma maior presença nas redes sociais, através do facebook. Esta estratégia resultou numa maior proximidade à comunidade vila-florense, criando mecanismos de interação até à altura inexistentes. Para além deste aspeto desenvolveram-se Newsletters periódicas - que pode subscrever no site da Misericórdia - com o objetivo de divulgar todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. A par desta nova metodologia a Santa Casa tem desenvolvido a publicação da Revista “Nós”, tendo a revista a versão impressa e a versão online. Por fim, recentemente criou-se uma parceria com o Mensageiro de Bragança onde a Misericórdia, através de Press-Release ou Comunicados de Imprensa, divulga as diversas atividades e acontecimentos ocorridos.





// *Projectos e Candidaturas*

Para o ano de 2018 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor irá prosseguir com a estratégia de operacionalizar projectos e candidaturas a várias plataformas de financiamento, tais como: Portugal 2020 e Norte 2020, Portugal Inovação Social, BPI Seniores, Fundação EDP, Fundo Rainha D. Leonor, FAMI, Fundação PT, entre outros. Esta opção de *governance na* submissão de projectos entra na lógica de obtenção de fundos financeiros para investimentos cruciais nas actuais respostas da instituição, mas também na optimização de serviços, assim como na criação de projectos inovadores e inclusivos. Com esta dinâmica a Santa Casa procura assim, aumentar o seu respectivo raio de actuação, tornando-se a médio prazo uma instituição sustentável, inovadora, empreendedora e principalmente inclusiva. Para alcançar um patamar de excelência na produção de projectos e candidaturas, os nossos serviços têm estado atentos às linhas orientadoras da Comissão Europeia, no que diz respeito à *Silver Economy* (economia da Terceira Idade), inclusão social e infância, para que a nossa instituição esteja sempre na vanguarda na dinamização de respostas para os respectivos clientes, assim como aos diagnósticos realizados pelos técnicos da instituição. Presentemente a Santa Casa da Misericórdia tem os seguintes projectos em operacionalização/carteira:

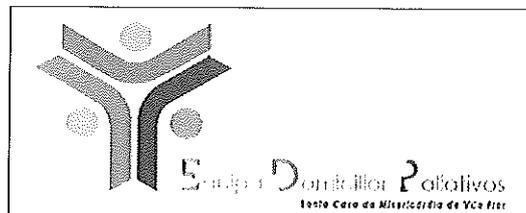
- Nós Passado e Futuro – Turismo Sénior e Local – *A candidatar ao Turismo de Portugal;*
- Ligar Famílias – SIOSLIFE – *Candidatado ao Prémio Fidelidade;*
- Beleza Para Idosos – Projecto Itinerante – *Candidatado ao Prémio BPI Seniores;*
- Equipa Domiciliar em Paliativos – Unidade de Apoio – *Aprovado pela Fundação EDP;*
- Reabilitação do Jardim de Infância – *Em lista de Reserva no Fundo D. Leonor;*
- Integrar e Empreender – Gabinete de Apoio ao Imigrante – *Aprovado pelo FAMI;*
- Banco de Ajudas Técnicas/Loja Social – *Candidatado à Fundação EDP;*
- Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – *Aprovado pelo Portugal 2020;*
- Social Village Quinta de S. António – *Aguarda candidatura;*
- Unidade de Reabilitação e Manutenção Activa (URMA) – *Aguarda candidatura;*

Os valores dos projectos supramencionados estão contabilizados em cerca de 3 milhões de euros, financiados em média em 70% pelos vários fundos. Todos os projectos visam aprimorar a intervenção da Misericórdia como instituição na vanguarda intervenção social. Salienta-se que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor operacionalizou no ano de 2017 a candidatura à Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas numa parceria com as Misericórdias de Carrazeda de Ansiães, Freixo de



Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, com o número de destinatários finais total de 161. A Santa Casa de Vila Flor será a entidade coordenadora do projecto que culminará em 2019.

No que diz respeito ainda aos projectos aprovados, tais como o Equipa Domiciliar em Paliativos – Unidade de Apoio ao Doente, menciona-se que o mesmo foi apoiado em 40.000 euros e conta ainda com a parceria do



Município de Vila Flor e ULS Nordeste. Para tornar este projecto sustentável a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor está já a desenvolver um plano para a fase de disseminação e *Scaling for Impact*. Na fase de *Scaling for impact*, a Santa Casa prevê candidatar o presente projecto aos fundos comunitários, aproveitando o Portugal 2020, nomeadamente através do POISE – Programa Operacional



Inclusão Social e Emprego. Para além das candidaturas a fundos, a Santa Casa prevê alargar o âmbito do projecto a concelhos limítrofes, através de serviços de formação a outras IPSS's e Misericórdias, apresentando conteúdos de formação e o próprio plano de negócios, para que o



projecto seja replicado, disseminado ou para que opere em regime de parceria inter-concelhio, regional ou transfronteiriço. Na fase de *Scaling for impact*, a Santa Casa irá negociar protocolos financeiros com autarquias locais (Municípios, juntas de freguesias, entidades intermunicipais) de forma a aumentar o quadro de receitas, otimizando assim a resposta. Com o presente projecto a Santa Casa, pretende promover ideias sustentáveis e inovadoras para o apoio ao cuidado em paliativos, assim como na protecção e formação dos cuidadores informais.

Ainda na temática do Portugal 2020 salienta-se que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor assume uma postura de diálogo contínuo na União das Misericórdias Portuguesas, tendo contribuído na discussão na sensibilização de um Programa Operacional denominado “Projecto Qualidade Comunidades Amigas das Pessoas Idosas”. Para este fundo a Misericórdia sensibilizou a equipa coordenadora que

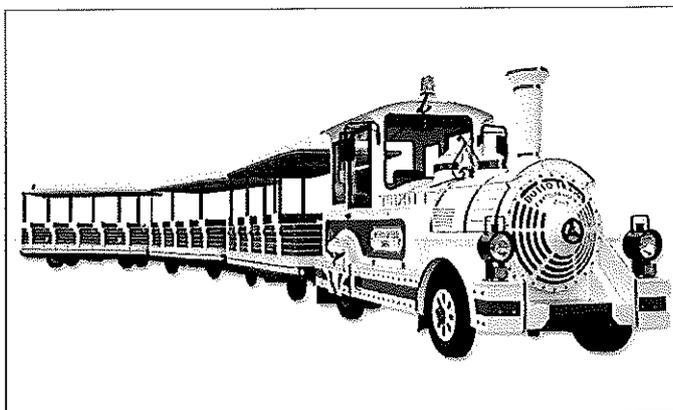


pretende criar uma unidade de apoio de reabilitação a todas respostas sociais actualmente em operacionalização. O objectivo será construir de raiz uma Unidade de Reabilitação e Manutenção Activa (URMA). Esta resposta servirá de suporte às actuais valências e será dinamizada por uma



equipa multidisciplinar, com os seguintes serviços: sala de geronto-psicomotricidade, sala de fisioterapia, piscina interior, sala de desporto/manutenção, sala de nutrição, sala de terapia ocupacional, sala de terapia da fala, sala de animação/dança. O projecto será acompanhado por rigorosas avaliações da Qualidade de Vida do Idoso e respectivo agregado familiar. Salienta-se que o projecto terá um componente inter-geracional, onde serão dinamizadas actividades em conjunto com os clientes do Jardim de Infância da Instituição e serão igualmente realizadas actividades em conjunto com os respectivos agregados familiares e/ou cuidadores informais, de forma a dotá-los de estratégias e mecanismos que aumentem a qualidade de vida do Idoso, criando assim uma política de acção sustentada na qualidade e na amizade as pessoas idosas.

Refere-se igualmente que a Santa Casa da Misericórdia vai candidatar ao Turismo de Portugal, o projecto Nós Passado e Futuro. O “Nós no Passado e no Futuro”, apresenta-se com um projecto pioneiro nos eixos de intervenção na terceira idade e na promoção social e turística. Com o presente projecto a Santa Casa da Misericórdia irá inovar o

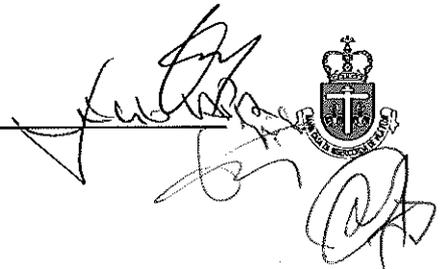


mercado social e o turismo sénior e acessível no concelho de Vila Flor, região do Vale do Tua e Douro Superior. Actualmente a Vila de Vila Flor possui uma panóplia de infraestruturas turísticas, desportivas, religiosas e de preservação da biodiversidade às quais carecem uma rede de apoio inclusivo e turístico-social que permita conservar os saberes, sabores e tradições. Assim, e perante o exposto a Santa Casa pretende implementar um comboio turístico-social que ajude a preservar o património social, religioso e natural de Vila Flor, através de uma viagem ao passado histórico e preservando para a comunidade em geral a história, património e cultura da instituição e do concelho vila-florense. Para além do supraexposto com o presente projecto será factível reduzir custos de intervenção no idoso, visto que com o presente projecto teremos idosos a prestarem um serviço à população e visitantes turísticos, o que a curto-médio prazo aumentará a qualidade de vida deste segmento populacional. Uma vez que a Santa Casa desenvolve vários produtos tais como confecção de pão, vinho, licores, etc esta é também uma possibilidade de promover esses mesmo produtos. Assim o presente projecto é inovador no ponto de vista da intervenção ao idoso, visto que terá a oportunidade de prestar um serviço, tornando-se assim socialmente activo. A outra componente de inovação é que a Santa Casa pretende abrir o seu leque de intervenção alargando os horizontes da economia social, promovendo assim a qualidade de vida das pessoas idosas e promovendo simultaneamente a actividade turística e económica local e regional.



// **Impacto Social**

Adaptando a nossa Instituição aos novos desafios da Economia Social, iremos implementar no ano de 2018 os projectos de avaliação do impacto da nossa instituição no meio em que se insere. Para o efeito iremos utilizar ferramentas como o SROI (Social Return of Investment) ou o LM3 (the Local Multiplier 3).



// Em Conclusão

Como nota final, o orçamento para 2018 reflete objetivos estratégicos vocacionados para a sustentabilidade financeira para a consolidação e qualificação de respostas sociais.

A Mesa Administrativa, continua atenta em estabelecer e manter as melhores relações com a Irmandade, Entidades Oficiais e Institucionais Locais e Nacionais.

Também é imprescindível a manutenção dos acordos com a Segurança Social, Administração de Saúde do Norte e Ministério da Educação, pois só desta forma será garantido o funcionamento das nossas Valências.

Assim, esperamos alcançar os objectivos, e certos que vamos ultrapassar as grandes dificuldades que se prevêem com a ajuda da Nossa Senhora das Misericórdias.

“Se Paulo VI, por mais de uma vez, indicou que a “civilização do amor” é o fim para o qual devem tender todos os esforços no campo social e cultural, como campo económico e político, é preciso acrescentar que este fim nunca será alcançado, se nas nossas conceções e nas nossas atuações, relativas às amplas e complexas esferas de convivência humana, nos detivermos no critério do “olho por olho, dente por dente” e, ao contrário, não tendermos para o transformar essencialmente, completando-o com outro espírito.”

Papa João Paulo II

Vila Flor, 10 de Novembro de 2017

A MESA ADMINISTRATIVA

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

José Joaquim Fernandes Pinto de Figueiredo

Rogério de Jesus Sanches Fernandes

António Júlio Martins Lapa

Victor Manuel Cortinhas Sil

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR



AGENDA DA PREVISÃO DAS ATIVIDADES 2018

MÊS	DIAS	ATIVIDADES	LOCAL
JANEIRO	5	Comemoração dos Reis – Cantar dos Reis pelas Ruas de Vila Flor e ERPI'S <i>Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz</i>	Vila Flor, ERPI'S
FEVEREIRO	9	Desfile de Carnaval das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz	Vila Flor
MARÇO	19	Assembleia Geral da Irmandade Comemoração do Dia do Pai	Auditório da SCMVF ERPI'S/Jardim de Infância
	25-31	Solenidades da Semana Santa	Vila Flor
ABRIL	1	Solenidades da Semana Santa	Vila Flor
	21	1.ª Mega Aula "NÓS a Mexer"	Vila Flor
MAIO	1	Comemoração do Dia da Mãe	ERPI'S/Jardim de Infância
	31	Encerramento do Mês de Maria	Vila Flor
JUNHO	1	Dia Mundial da Criança	Jardim de Infância
	22	Santos Populares	Centros Dia/ERPI'S
		Passeio Anual da Irmandade	A Designar
		Passeio Anual Jardim de Infância	A Designar
JULHO		Festa Finalistas Jardim de Infância Flor de Liz	Auditório Municipal
		Idas à Piscina Municipal Jardim de Infância e ERPI'S	Vila Flor
		Passeio Anual ERPI'S e Centros Dia	A Designar
AGOSTO		Piquenique das ERPI'S e Jardim de Infância	A Designar
		Passeios com Clientes das ERPI'S	A Designar
	24	Participação na XIV Edição da TerraFlor	Vila Flor
SETEMBRO		Participação nas Vindimas – ERPI'S e Jardim de Infância	Quinta de Sto. António
	1	Abertura do Ano Letivo 2017/2018	Jardim de Infância
OUTUBRO		Reunião de Pais – Jardim de Infância	Auditório da SCMVF
	1	Comemoração do Dia Internacional do Idoso	ERPI'S
	15-19	IV Semana da Alimentação	ERPI'S/Jardim de Infância
NOVEMBRO	9	Magusto – Jardim de Infância, Centros Dia, ERPI'S	Vila Flor
		Visita dos Irmãos aos Setores.	Vila Flor
		Assembleia Geral da Irmandade	Auditório da SCMVF
DEZEMBRO		Festa de Natal do Jardim de Infância Flor de Liz	Auditório Municipal
		Ceia de Natal dos Funcionários	A Designar
	19-20-21	Concertos de Natal	ERPI'S, UCC e J.I
	24	Ceias de Natal das ERPI'S e Centros Dia	ERPI'S e Centros Dia
NOTAS:	Todas as atividades planeadas podem ser sujeitas a alteração de datas ou local caso seja necessário.		



ORÇAMENTO

2018

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR



CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

1º Orçamento Anual
 Revisão Orçamental

ANO 2018
 NISS 20004677499

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

NIPC: 500746958

Natureza Jurídica: IPSS

Telefone: 278518070

Fax: 278518078

Morada (sede): Largo do Rossio, Nº 11 - 5360 323 Vila Flor

Email: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

Identificação do Equipamento	Resposta Social	N.º Utentes Previsto
Lar de Idosos Nº. Srª da Lapa	ERPI	41
Infantário	JARDIM INFÂNCIA	38
Creche	CRECHE	29
Farmácia da Misericórdia		
Apoio Domiciliário	SAD	15
Centro de Dia Freixiel	SAD	9
Centro de Dia de Seixo de Manhoses	CENTRO DIA	6
Centro de Dia de Vilas Boas	CENTRO DIA	7
Centro de Dia de Vila Flor	CENTRO DIA	5
Centro de Dia de Nabo	CENTRO DIA	8
Centro de Dia de Valtomo	CENTRO DIA	9
Centro de Dia de Samões	CENTRO DIA	8
Centro de Dia Santa Comba da Vilarça	CENTRO DIA	2
Mini-Lar de Freixiel	ERPI	20
Mini-Lar de Santa Comba	ERPI	16
Unidade de Apoio Integrado	UAI	20
Quintas Agrícolas - Stº Antonio e Sarilhas		
Apoio Domiciliário - Freixiel	SAD	10
Apoio Domiciliário - Stª Comba da Vilarça	SAD	20
Empresa de Inserção - Estufas		
Mini Lar Seixo de Manhoses	ERPI	16
Centro Dia de Rolos	CENTRO DIA	4
Lar D. Conceição Cabral	ERPI	30
Suites		
Unidade Móvel de Saúde		
Unidade Cuidados Continuados - Média Duração	UCCI	11
Padaria / Pastelaria		
Unidade Cuidados Continuados - Longa Duração	UCCI	18
Apoio Domiciliário-Seixo de Manhoses	SAD	20
Actividades T. Livres C/ Ext. Horário S/ Almoço	ATL	11
Estágios Profissionais		
Apoio Domiciliário 2	SAD	30
Lar Nº Srª dos Remédios	ERPI	13
Cuidados Paliativos		

DADOS TOC

Nome: Carlos Manuel Soares Fernandes

NIF: 141937599

Email: nandescarlos@hotmail.com

Telefone: 278518070

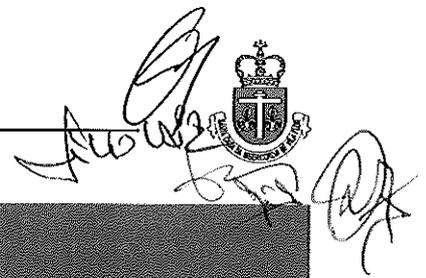
N.º Membro: 46635

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS PREVISIONAIS

CLASSE 7		RENDIMENTOS	Total
Conta	Rubrica		
71	Vendas	1.033.685,29	
72	Prestações de Serviços	2.180.407,39	
721	Quotas Utilizadores (Matriculas/Mensalidades)	1.666.500,99	
722-728	Outros Serviços	513.906,40	
73	Varição nos Inventários da Produção	0,00	
74	Trabalhos Para a Própria Entidade	0,00	
75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1.328.843,98	
751	Subsídios Estado e Outros Entes Públicos	1.328.843,98	
7511	ISS, IP	1.323.843,98	
7512	Outras Entidades Públicas	0,00	
752	Subsídios de Outras Entidades	0,00	
753	Doações e Heranças	5.000,00	
754	Legados	0,00	
76	Reversões	0,00	
761	De Depreciações e Amortizações	0,00	
762	De Perdas Por Imparidade	0,00	
763	De Provisões	0,00	
763	De Provisões Específicas	0,00	
77	Ganhos Por Aumentos de Justo Valor	0,00	
78	Outros Rendimentos e Ganhos	538.353,97	
781	Rendimentos Suplementares	29.000,81	
782	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	13.879,57	
787	Rendimentos e Ganhos em Investimentos Financeiros	36.378,24	
788	Outros Rendimentos e Ganhos	459.095,35	
7881	Correcções de Periodos Anteriores	0,00	
7883	Imputação de Subsídios de Investimento	416.580,46	
7882-7884-7887	Rendimentos e Ganhos em Ativos	0,00	
7888	Outros Não Especificados	42.514,89	
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	17.604,96	
		TOTAL DOS RENDIMENTOS	5.098.895,59
CLASSE 8		RESULTADOS	
	Resultados Antes Impostos	122.208,33	
	Imposto Rendimento Exercício	0,00	
	Resultado Líquido	122.208,33	



CLASSE 6		GASTOS		Total		Total	
Conta	Rubrica	Conta	Rubrica	Total	Total		
61	Custo, Mercadorias e Matérias Consumidas	6321	Remunerações Certas	1.135.328,68			
62	Fornecimentos e Serviços Externos	6322	Remunerações Adicionais	792.927,71	2.024.858,98		
621	Subcontratos	633	Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00		
622	Serviços Especializados	6331	Orgãos Sociais	52.413,76	0,00		
6221	Trabalhos Especializados	6332	Pessoal	35.156,56	0,00		
6222	Publicidade e Propaganda	634	Indemnizações	0,00	0,00		
6223	Vigilância e Segurança	6341	Orgãos Sociais	0,00	0,00		
6224	Honorários	6342	Pessoal	969,00	0,00		
6225	Comissões	635	Encargos Sobre Remunerações	62,56	449.844,83		
6226	Conservação e Reparação	6351	Orgãos Sociais	3.489,94	0,00		
6227/8	Outros	6352	Pessoal	12.735,70	449.844,83		
623	Material	636	Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	19.561,06	0,00		
6231	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	6361	Orgãos Sociais	0,00	0,00		
6232	Livros e documentação técnica	6362	Pessoal	0,00	32.000,25		
6233	Material de escritório	637	Gastos de Acção Social	10.568,22	0,00		
6234	Artigos para oferta	6371	Orgãos Sociais	4.031,28	0,00		
6235-6238	Outros	6372	Pessoal	4.961,56	0,00		
624	Energia e Fluidos	638	Outros Gastos com o Pessoal	323.101,95	0,00		
6241	Electricidade	6381	Orgãos Sociais	106.168,28	221.512,31		
6242	Combustíveis	6382	Pessoal	204.591,06	0,00		
6243	Água	64	Gastos de Depreciação e Amortização	12.342,61	221.512,31		
6246	Outros	641	Propriedades de Investimento	0,00	306.311,24		
625	Deslocações, Estadas e Transportes	642	Activos Fixos Tangíveis	2.710,93	0,00		
6251	Deslocações, e estadas	643	Activos Intangíveis	2.618,40	0,00		
6252	Transportes de pessoal	65	Perdas por Imparidade	0,00	0,00		
6253	Transportes de mercadorias	651	De Dividas a Receber	92,53	0,00		
6258	Outros	652	De Inventários	0,00	0,00		
626	Serviços Diversos	653-658	Perdas em Outros Activos	395.140,01	0,00		
6261	Rendas e alugueres	66	Perdas por Redução de Justo Valor	3.791,68	0,00		
6262	Comunicação	67	Provisões do Período	28.590,53	0,00		
6263	Seguros	68	Outros Gastos e Perdas	15.906,22	13.903,26		
6264	Royalties	681	Impostos	0,00	7.958,94		
6265	Contencioso e Notariado	682-687	Outros Gastos e Perdas em Activos	329,04	0,00		
6266	Despesas de Representação	688	Outros Gastos e Perdas	0,00	5.944,32		
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	6881	Correcções de Períodos Anteriores	0,00	0,00		
6268	Outros Serviços	6882	Doativos	346.522,54	95,20		
63	Custos Com o Pessoal	6883	Outros Gastos	2.728.216,37	5.240,80		
631	Remunerações do Orgãos Sociais	6884-6888	Outros Gastos e Perdas	0,00	608,32		
6311	Remunerações Certas	689	Custos com Apoios Fin. Concedidos a Ass. Ou Utentes	0,00	0,00		
6312	Remunerações Adicionais	69	Gastos e Perdas de Financiamento	2.024.858,98	4.976.687,26		
632	Remunerações do Pessoal		Total dos Gastos				



INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2018

Investimentos Médio e Longo Prazo	Valor
<i>Ativos Intangíveis</i>	80.000,00
Bens domínio público	
Goodwill	
Projetos de desenvolvimento	50.000,00
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
Outros Ativos Intangíveis	30.000,00
<i>Ativos Fixos Tangíveis</i>	70.000,00
Bens domínio público	
Bens do património Histórico e Cultural	
Terrenos e Recursos Naturais	40.000,00
Edifícios e Outras Construções	
Equipamentos Básicos	
Equipamentos de Transporte	20.000,00
Equipamento Administrativo	10.000,00
Equipamento Biológico	
Outros ativos fixos tangíveis	
Propriedade de Investimento	
Investimentos Financeiros	
Outros ativos Financeiros (não correntes detidos para venda)	
TOTAL INVESTIMENTOS - MLP	150.000,00

Investimentos em Curso	Valor
Novas aquisições (compras e prestações serviços)	
Adiantamentos	
Trabalhos própria Entidade	
Transferência para Imobilizados pela conclusão obra (-)	395.000,00
TOTAL INVESTIMENTO EM CURSO	395.000,00

Investimentos em Curso	Valor
Outros ativos Financeiros	
Outros passivos Financeiros	
Trabalhos própria Entidade	0,00

TOTAL NOVO INVESTIMENTO	545.000,00
--------------------------------	-------------------



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR**

Plano de Actividades e Orçamento para 2018

No dia 10 de Novembro de 2017 reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor para nos termos Estatutários, apreciar e dar parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamentos para o ano de 2018.

Após análise dos documentos contabilísticos apresentados pela Mesa Administrativa concluímos que:

1. A proposta de Orçamento para o ano de 2018 processou-se no respeito pela Lei e pelos Estatutos.
2. O Orçamento para o ano de 2018 está elaborado de forma realista, seguindo os procedimentos da legislação em vigor.
3. Consideramos que o orçamento traduz uma realidade clara e objetiva respeitando os valores e as reais necessidades que esta Instituição sempre se orientou. Para o ano de 2018 o total de custos é de 4.976.687,26 €, e o total de proveitos de 5.098.895,59 €, prevendo-se um resultado líquido de 122.208,33 €.

PARECER:

4. Conforme a documentação e informação prestada pela Mesa Administrativa, somos da opinião que o Orçamento para o ano de 2018, encontra-se em conformidade e de acordo com a legislação em vigor para as IPSS, pelo que poderão ser aprovado pelos Irmãos em Assembleia Geral.

Vila Flor, 10 de Novembro de 2017

O CONSELHO FISCAL

(Paulo José Arantes Conceição)

(Pedro José Sampaio de Barros)

(António Manuel Carvalho Guilheiros)